



PARECER UNIFICADO DAS COMISSÕES PERMANENTES

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

Projeto de Lei Ordinária nº 52/2025

Ementa: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Meridiano-SP para o Exercício Financeiro de 2026.

Autoria: Poder Executivo

Distribuído às seguintes Comissões Temáticas: Finanças e Orçamento – CFO;

Data de reunião das Comissões: 2025-12-08

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

II - CONCLUSÕES DO RELATOR

Constitucionalidade Formal: O projeto de lei e suas respectivas emendas possuem adequação quanto a autoria, respeitando os termos da Lei Orgânica Municipal e regimento Interno. Do ponto de vista jurídico, trata-se de modificação não geradora de aumento de despesa, inserida dentro da autonomia administrativa e financeira do Legislativo, compatível com a CF/88 e com a LOM. Não há vício de iniciativa nem infringência ao art. 165 da CF/88, pois a emenda não altera a estrutura essencial da proposta enviada pelo Executivo. Assim, o projeto e as emendas são formalmente constitucionais.

Constitucionalidade Material: A Emenda nº 15/2025 trata da regulamentação procedimental para os casos de impedimento técnico na execução das emendas impositivas, definindo prazos, fluxograma de comunicação e resposta, e garantindo segurança jurídica ao rito de execução obrigatória (art. 166, §§ 11 a 18 da CF/88, aplicados por simetria e dispositivo correspondente na LOM). As Emendas que disciplinam o procedimento de execução das emendas impositivas, desde que não contrariem a LDO e não alterem a estrutura do orçamento, são admitidas, porque não introduzem conteúdo de iniciativa reservada do Executivo, mas aperfeiçoam a execução vinculada prevista constitucionalmente. Além disso, as demais emendas são emendas de caráter impositivo, destinadas por cada vereador, respeitando o limite obrigatoriamente destinado a saúde. Nestes termos, o projeto de lei orçamentária e as respectivas emendas são materialmente constitucionais. A previsão de prazos e fluxograma não cria despesa nova, mas estabelece forma de acompanhamento e garantia de execução. A medida harmoniza-se com o art. 6º do PL da LOA, que já reconhece a execução obrigatória e os impedimentos técnicos. Portanto, o projeto de lei e as emendas são materialmente constitucionais.

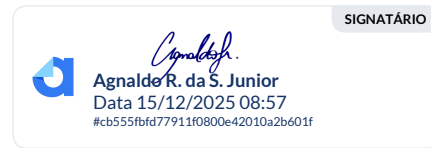
III - DECISÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, a Comissão, por unanimidade de votos, **entende que a matéria é constitucional.**

IV - ASSINATURA



CLEOMAR FARIA GONÇALVES
Presidente



AGNALDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Vice-Presidente



EDIVAN CÁSSIO TONELETE
Membro

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

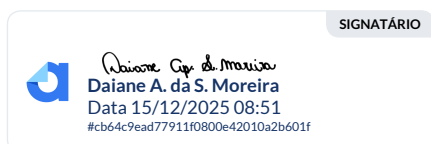
II - CONCLUSÕES DO RELATOR

O projeto está de acordo com a Lei nº Complementar nº 101/2000 – LRF, respeitando a participação popular nas duas audiências realizadas, bem como as emendas apresentadas são oriundas de previsões constitucionais e na legislação municipal. Há obediência ao limite global de 1,2% da RCL (execução obrigatória), sendo observado a repartição constitucional (mínimo 50% para saúde). Além disso são compatíveis com o art. 6º do PL da LOA, que reconhece a execução obrigatória condicionada ao impedimento técnico. Nesse sentido não há ilegalidades ao projeto de lei e suas respectivas emendas

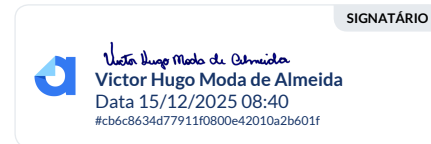
III - DECISÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, a Comissão, por unanimidade de votos, emana **parecer favorável ao prosseguimento da matéria.**

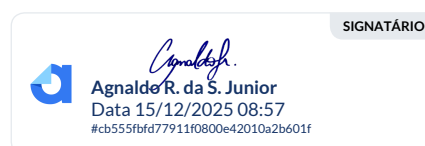
IV - ASSINATURA



DAIANE APARECIDA DA SILVA MOREIRA
Presidente



VICTOR HUGO MODA DE ALMEIDA
Vice-Presidente



AGNALDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Membro